

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



09/07/2019  
TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Usuários do Ipasgo devem passar por recadastramento

**SAÚDE** Decisão do instituto é tomada em contexto de investigação de supostas irregularidades, mas não deve afetar o atendimento. Há suspeita de fraude no sistema

Douglas Schinatto

Thalys Alcântara

thalys.alcantara@opopular.com.br

Todos os usuários do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipasgo) devem passar por um recadastramento para atualizar os dados, organizar as informações e identificar possíveis fraudes e irregularidades. Um cruzamento de informações em uma amostragem do banco de dados com todos os 625 mil pacientes do plano de saúde revelou que entre 10% e 15% deles estão inseridos de forma irregular no sistema. Segundo a atual gestão do Instituto, há casos de crianças titulares de um plano, titulares com mais de 100 anos de idade e titulares com mais de 40 beneficiários ligados a ele.

Inicialmente, o presidente do Ipasgo, Sílvio Fernandes, anunciou que o recadastramento seria realizado em cerca de 100 mil usuários, que seriam os casos identificados como suspeitos. No entanto, na última sexta-feira, o Instituto divulgou uma nota ampliando este recadastramento para todos os usuários.

Na nota, o Ipasgo afirmou que está sendo realizado um estudo técnico para a execução deste processo de recadastramento e que ele já estava no planejamento da nova gestão. Ainda segundo o Ipasgo, todos os pacientes devem ser informados com antecedência quando o período do procedimento for acontecer. “O Ipasgo esclarece ainda que os usuários podem ficar tranquilos que os atendimentos continuam normais e não haverá nenhum tipo de mudança”, garante nota enviada à reportagem.



Sede do Ipasgo; inicialmente ação afetaria 100 mil dos 625 mil cadastros

“  
*A intenção do recadastramento é atualizar os dados, organizar as informações e coibir possíveis fraudes e irregularidade*”

Ipasgo, em nota

A decisão anunciada pelo Ipasgo foi tomada no contexto da Operação Morfina, deflagrada pela Polícia Civil na semana passada, que investiga fraudes no sistema do Instituto. No último dia 1º foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, além de oito suspensões do exercício de função pública. Além disso, foram realizadas seis intimações simultâ-

neas de suspeitos para prestar depoimento.

Esta primeira fase da investigação aponta para um esquema formado por funcionários de uma empresa de tecnologia que presta serviço para o Ipasgo que, segundo a apuração dos policiais, faziam alterações irregulares no sistema do plano de saúde para beneficiar clínicas, laboratórios e médicos.

### SUSPEITA

As suspeitas são de que por meio desta fraude no sistema era possível cometer uma série de outras irregularidades, como o cadastramento irregular de usuários do Ipasgo.

No último dia 3, durante o lançamento da retomada das obras do Hospital do Servidor Público de Goiás, Sílvio Fernandes detalhou um pouco sobre as irregularidades no cadastro. Ele afirmou que foram identificados cerca de 40 casos de titulares do Ipasgo com 10 anos de idade e vários com mais de 100 anos.



Carlos Costa



**Lissauer avalia tema como espinhoso e desgastante**

## Lissauer quer discussão imediata da Previdência no estado de Goiás

Diante da possibilidade cada vez mais clara de que estados e municípios não sejam incluídos na Reforma da Previdência do Governo Federal, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado estadual Lissauer Vieira (PSB) defende que o tema seja alvo de discussão entre o Legislativo e o Executivo, o quanto antes. Lissauer já manifestou essa necessidade em outras ocasiões e voltou a tratar do assunto em entrevista, neste domingo.

O presidente da Alego reafirmou na entrevista o desejo de que as alterações, na proposta que tramita na Câmara Federal, contemplem servidores públicos estaduais e municipais, porém ele vislumbra que a dificuldade de acordo em torno do tema vai deixar para que os demais entes federados (estados e municípios) decidam sobre suas reformas previdenciárias. “Lá já está claro que não vai sair como queríamos. Seria o cenário ideal. Mas se lá não sair, vamos encarar e discutir aqui”, defendeu.

Lissauer reconhece que o tema é espinhoso e traz desgastes para a classe política, no entanto ele acredita que a sociedade já se convenceu da necessidade de uma reforma previdenciária, apesar de algumas categorias apresentarem resistência às mudanças nas regras de aposentadoria. “Há um ano e meio, se falasse de Reforma da Previdência no Brasil, você quase apanhava. A população não aceitava isso”.

O chefe do Poder Legislativo estadual acrescentou que “hoje o clima é bem mais ameno. É claro que tem desgaste, é claro que vai ter dificuldade, mas tem hora que você tem que aplicar um remédio amargo para as coisas poderem acontecer e poder melhorar a situação financeira do Estado”, argumentou.



DIVULGAÇÃO



## FUNCIONALISMO

### Governo paga 4ª parcela do salário de dezembro

Secretaria de Economia confirma que estão inclusos nesta leva ativos, inativos e pensionistas civis que recebem de R\$ 5.660,00 a R\$ 7.450,00 de todas as secretarias e órgãos do Executivo

DA REDAÇÃO

A Secretaria de Estado da Economia confirmou nesta segunda-feira, 8, a liberação do pagamento da quarta parcela do escalonamento do salário de dezembro de 2018. Estão inclusos nesta leva ativos, inativos e pensionistas civis que recebem valor

líquido de R\$ 5.660,00 a R\$ 7.450,00 de todas as secretarias e órgãos.

No caso de servidores da Educação, vão receber os ativos que ganham entre R\$ 5.859,57 e R\$ 7.097,48 e inativos de R\$ 4.392,78 até R\$ 5.337,03. Para os que trabalham na Segurança Pública, ativos e inativos, a

faixa é de R\$ 8.500,01 até R\$ 12.500,00, sendo que esses mesmos valores se aplicam aos servidores do socioeducativo ativos. Com o pagamento desta quarta parcela, 90,92% servidores receberão o salário de dezembro.

Já a folha referente à junho deve ser quitada até o dia 10 de julho.

DIVULGAÇÃO

## RECEITA ESTADUAL ARRECADADA

### R\$ 1 bi a mais que em 2018

Arrecadação de tributos do Estado alcança R\$ 9,7 bi no primeiro trimestre de 2019. ICMS lidera a lista, com R\$ 8,2 bilhões acumulados

DA REDAÇÃO

A arrecadação de tributos administrados pela Receita Estadual alcançou R\$ 9,73 bilhões nos seis primeiros meses de 2019. A cifra significa R\$ 1 bilhão a mais de receita em relação ao mesmo período de 2018. O destaque do período foi o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com receita acumulada de R\$ 8,27 bilhões, 10,64% maior do que o primeiro semestre de 2018. Em seguida está o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com R\$

671 milhões, 9,20% maior do que o mesmo período do ano anterior.

O único tributo que apresentou queda na arrecadação foi o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), 3,02% menor no primeiro semestre deste ano. A queda pode ser explicada pelo benefício de redução de base de cálculo, que vigorava no mesmo período do ano passado, incentivando o recolhimento do imposto na ocasião.

Outra receita de destaque é o fundo Protege Goiás, que cresceu 48,23% de janeiro a junho deste ano, cerca de R\$ 106 milhões a mais do que o mesmo período do ano passado. A maior parte é de-

corrente do aumento de alíquotas acordada entre governo e empresários no final último ano. No entanto, a arrecadação esperada do fundo no primeiro mês de validade do acordo (maio) era de R\$ 84 milhões, sendo arrecadado apenas R\$ 53 milhões no mês, indicando que o valor projetado de R\$ 1 bilhão pode não ser alcançado ao final de 12 meses.

Os números são comemorados pelo presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO), Paulo Sérgio do Carmo. "Resultado do trabalho incansável dos auditores fiscais goianos, que, não obstante até o momento não terem recebido o salário de dezembro, vêm cumprindo fielmente a sua missão de Estado. Entendemos também ser fundamental que o Fisco atue em setores estratégicos ligados à gestão e controle da aplicação dos recursos oriundos da arrecadação tributária, uma vez que, em razão da elevada capacidade técnica dos seus membros, alcançar-se-ia uma maior eficiência na equação fiscal do estado", afirma.



Paulo Sérgio do Carmo: dedicação dos servidores do Fisco



**ALEGO**

# Gomide reforça defesa pela UEG

DA REDAÇÃO

Encerrado o primeiro semestre do calendário político de Goiás, o deputado estadual Antônio Gomide (PT) traçou um balanço das atividades parlamentares. Em seu primeiro semestre no legislativo goiano, o petista destacou a oportunidade de propor o debate em temas que impactam diretamente a vida da população.

Um destes temas é a Educação. Em quatro meses de atuação no plenário durante as sessões ordinárias (que começam em fevereiro de cada ano), o deputado dedicou tempo especial ao assunto. Desde a cobrança junto à Secretaria de Educação, com relação ao ensino médio, até na defesa das universidades, com destaque à UEG.

As universidades públicas também receberam atenção especial. Após o anúncio dos cortes no orçamento das universidades federais,



Gomide: defesa da Educação

houve uma intensificação do trabalho em defesa das instituições e da manutenção da sua atuação. Além disto, o Governo de Goiás lançou um estudo avaliando um corte de 15 campus da UEG e até 48 cursos, sob a alegação de cortes de gastos.